



## **COMO ELES AGIAM: a atuação do DOPS-PE na vigilância, censura e repressão ao Movimento Estudantil em Recife nas décadas de 1970/80<sup>1</sup>.**

THIAGO NUNES SOARES\*

### **INTRODUÇÃO**

Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), os setores de oposição aos governos militares foram bastante vigiados, censurados e reprimidos. Inúmeras pessoas foram presas, muitas delas eram jovens que, independente de sexo, se vincularam a organizações, partidos políticos e entidades estudantis para lutar em prol da democracia (BRASIL, 2007).

Para a construção desse estado de exceção no país pelos militares com a colaboração de civis, foi fundamental para o governo criar uma rede de informações constituída por diversos órgãos de vigilância, de segurança e de repressão para o sustentáculo e uma atuação mais eficaz do aparato repressivo. Foi relevante nesse processo a composição de três forças fundamentais: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e a Escola Superior de Guerra (ESG).

Segundo a cientista política Maria Helena Moreira Alves, a tríade ESG/IPES/IBAD serviu de base para a implantação de uma rede de informações que foi fundamental à centralização do Estado e ao conhecimento e monitoramento de parte significativa da sociedade, antes e depois do golpe civil-militar de 1964. O coordenador desse empreendimento foi o General Golbery do Couto e Silva, e essa rede foi influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na execução do seu trabalho de coleta de

---

<sup>1</sup> Título inspirado no livro FICO, 2001. Este trabalho é resultante, em parte, da dissertação SOARES, 2012. A pesquisa foi financiada com bolsa da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

\* Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Prestador de Serviços da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), núcleo de Pernambuco e da Faculdade Europeia de Administração e Marketing (FEPAM). Contato: thiagonunessoares@hotmail.com.

informações, planejamento político-econômico dos programas do governo e combate à “subversão” (ALVES, 2005, p. 30; p. 42).

Dessa forma, os órgãos de informação nomearam de subversivos as pessoas e os diversos setores da sociedade que foram vistos como um perigo à ditadura, tendo em vista a lógica coercitiva do Estado. Com base em uma teoria que abarcava diferentes tipos de guerra, os militares combateram-nos, alegando defender a segurança e o desenvolvimento do país. Entretanto, ressaltamos que essa doutrina adaptou-se ao longo da ditadura, devido às necessidades dos governos e às resistências contra o regime (ALVES, 2005).

Essa rede de informação era constituída por vários órgãos, como: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Comissão Geral de Investigações (CGI), Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Entretanto, essa rede só foi consolidada entre 1969 e 1970 (FICO, 2001).

Neste trabalho analisamos a atuação dos Movimentos Estudantis Universitários em Recife, entre os anos de 1970 e 1980, visando analisar a sua atuação política e como ele esteve sob a lógica da vigilância, censura e repressão dessa rede de informações, mais especificamente do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE).

Essa instituição surgiu como uma Delegacia de Ordem Política e Social, em 1935. Em 1961, transformou-se em um Departamento, ampliando o seu aparato coercitivo. Ele foi extinto somente em 1990 e a sua atuação foi bastante significativa (SILVA, 2007). Isso porque além de realizar atividades de vigilância social e de prevenção e repressão ao comunismo, tinha as funções de “[...] proceder inquéritos sobre crimes de ordem política e social, exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços cujos fins estivessem em conexão com a Ordem Política e Social” (GAMA, 2007, p. 154).

Destacamos também que o acervo do DOPS-PE está dividido em dois grandes grupos: os prontuários funcionais e os prontuários individuais. Disponíveis para consulta, ao acessá-los, será possível encontrar documentos que foram coletados, apreendidos, produzidos e difundidos entre diversos órgãos militares do Brasil que tiveram abrangência local, regional, nacional e, por vezes, internacional. Essa documentação foi resultante, principalmente, da ação de agentes policiais na sociedade através da censura, vigilância e repressão. Os

prontuários funcionais constituíram-se como uma espécie de dossiê acerca de vários temas de interesse político-social do DOPS-PE, a exemplo dos Movimentos Estudantis, Subversão, Comunismo, entre outros. Já os prontuários individuais são compostos por fontes referentes à vida de uma determinada pessoa.

Esses prontuários são compostos por documentos muito diversificados, como: panfletos, pedidos de busca, informes, ofícios, recortes de jornais de grande circulação e da imprensa alternativa, cartazes, planos de segurança, fotografias, mapas, entre outros. Todavia, destacamos que a documentação oriunda de regime repressivo “[...]está permeada por práticas difundidas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que muitas vezes, gera informações imprecisas” (GERTZ; BAUER, 2009, p. 177). Assim, essas fontes possibilitam entender a atuação repressiva do Estado contra os segmentos e indivíduos nomeados genericamente de “subversivos” e “comunistas” e permitem um detalhado panorama das práticas de diversos grupos que, de diferentes maneiras, resistiram contra a ditadura e foram enquadrados como suspeitos e autores de crimes políticos, como foi o caso dos estudantes.

### O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DO DOPS-PE

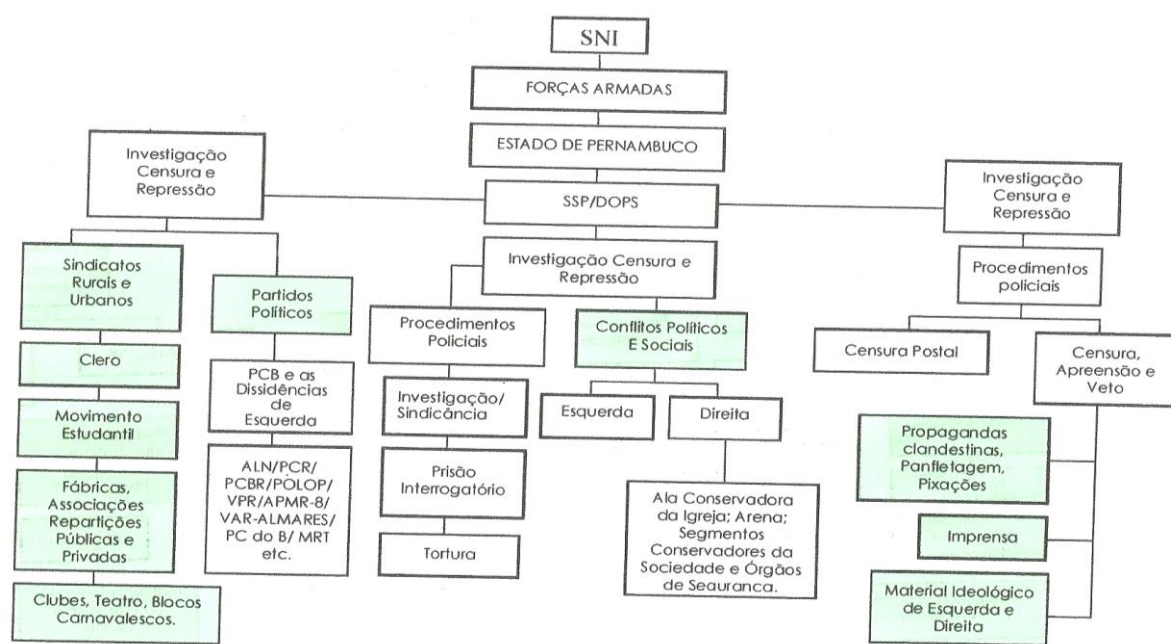


Imagem 01 Diagrama da repressão de 1968 a 1972, na perspectiva do DOPS-PE.

Elaborado por SILVA, 2007, *Op. Cit.*, p. 139.

O diagrama da repressão é bastante elucidativo acerca da estrutura e atuação do DOPS-PE, apresentando como essa instituição estava ligada à Secretaria de Segurança Pública do Estado e ao SNI, tendo como eixo central de suas atividades a censura, investigação e repressão a diversos segmentos sociais, entre eles: o Movimento Estudantil. Várias atividades também foram combatidas pela polícia, como foi o caso das pichações das e panfletagens, comuns entre os estudantes.



**Imagem 02** Ação repressiva da polícia durante a realização de uma manifestação estudantil em Recife, sem data<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 1576. Fotografias. *Apud* SILVA, 2007. Buscamos mais informações sobre essa fotografia no referido prontuário, mas a imagem não estava lá.

A imagem 02 é bastante impactante. Um dos raros registros da atuação da polícia política contra manifestantes. Neste caso, ela visou reprimir, castrar um direito básico da humanidade: a liberdade de expressão. A análise das expressões faciais das pessoas fotografadas nos possibilita imaginar que foi um momento bastante tenso, em que se misturaram e proliferaram sentimentos de medo, desespero, surpresa, raiva, tristeza e indignação.

O policial localizado do lado esquerdo estava prestes a agredir alguém com um cassetete; ao lado dele, um jovem correu, buscando sair do local. Enquanto o policial situado à direita, aparentou estar mandando os estudantes recuarem, que estão encostados no muro. Uma das heranças do período ditatorial foi o cunho repressor da polícia, na medida em que ela, ainda hoje, atua frequentemente com ações coercitivas.

No que tange à atuação dos Movimentos Estudantis nas décadas de 1970 e 1980, Gislene Lacerda defende a existência de três momentos diferentes que configuram a ação dos estudantes:

*[...] no primeiro momento, de 1974 a 1976, o vigor da ditadura ainda marcava fortemente o cenário nacional, tendo o movimento estudantil iniciado as ações de caráter de resistência contra o regime, contudo sem grandes lutas políticas. De 1977 a 1979, o ME se apresentou como protagonista, [...] onde os estudantes foram os responsáveis por reconduzir a luta da sociedade civil pelo retorno da democracia, mudando de uma pauta de pura resistência vivenciada na década de 1960, para uma pauta de luta democrática. Neste sentido, o ano de 1979 constitui um marco, um divisor de águas entre dois momentos. A partir de 1979, o movimento estudantil, que protagonizara a cena no período anterior, passa a coadjuvante, atuando num cenário cada vez mais habitado por outros movimentos sociais, com destaque para o movimento sindical. Neste período, as greves do ABC paulista, o fim do AI-5, a Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo configuram uma mudança de contexto, dando as marcas para o terceiro momento do Movimento Estudantil. Entre 1980 e 1984, o Movimento Estudantil perde o protagonismo, mas permanece como sujeito em constante mobilização e luta (LACERDA, 2010, p. 16).*

Em 1974, teve início o governo do presidente Ernesto Geisel, que inaugurou a terceira etapa de institucionalização do Estado durante a ditadura<sup>3</sup>. Isso porque com dificuldades econômicas no início da década de 1970, o governo criou outros instrumentos para buscar

---

<sup>3</sup> Para Maria Helena Moreira Alves, a primeira fase é referente ao período de 1964 a 1968, quando, nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, lançaram-se as bases do Estado de Segurança Nacional, que foi corporificado na autoritária Constituição de 1967. Enquanto a segunda existiu de 1967 a 1973, com o desenvolvimento econômico e do aparato repressivo estatal, quando ampliou-se o quadro legal da repressão e das práticas coercitivas no Brasil, com o presidente Emílio Garrastazu Médici (ALVES, 2005, p. 233).

apoio político e social. Assim, esse foi um dos motivos que impulsionou a criação do projeto de distensão política lenta, gradativa e segura iniciado durante o mandato deste general (1974-1979), sendo relevante as pressões e lutas da sociedade pelo fim da ditadura.

Assim, sobretudo a partir de 1974, o Movimento Estudantil empenhou-se na luta pela reconstrução das suas entidades (centros e diretórios acadêmicos, principalmente a UNE) e em prol do retorno à democracia. Nesse cenário, os estudantes contribuíram para radicalizar a luta pelas liberdades democráticas, incentivando a ação do movimento político para as ruas e enfrentando as ações repressivas da polícia, através de práticas de resistência como comícios, passeatas e manifestações relâmpagos.

Dessa forma a oposição à ditadura ganhou cada vez mais visibilidade e simpatia da opinião pública (ARAÚJO, 2004, p. 167; ARAÚJO, 2007, p. 336-337). Mas se, por um lado, houve maior espaço para as esquerdas se oporem ao governo, por outro, as ações repressivas ainda se fizeram presentes. Diversos militantes de esquerda foram presos, torturados e mortos, o que suscitou ainda mais a indignação da população contra a ditadura (SILVA, 2009, p. 265-266).

O ano de 1977 também foi bastante significativo para o Movimento Estudantil, pelo seu protagonismo na condução da luta pela democracia, que ganhou mais força nesse momento. Em seis de maio, aproximadamente sete mil discentes protestaram em São Paulo em defesa da libertação de seus companheiros presos e das liberdades democráticas. Isso foi considerado uma grande conquista, tendo em vista que somente após nove anos esse segmento social conseguiu realizar protestos públicos no centro de uma grande cidade no Brasil. Tal protesto foi reprimido pelas forças policiais, mas foi bem recebido pela população. Assim as passeatas estudantis continuaram em outras cidades, como Brasília, Rio de Janeiro, Salvador (NAPOLITANO, 2014, p. 257-260) e Recife. Salientamos que mesmo, durante o período mais repressivo, o Movimento Estudantil não deixou de atuar.

Em 1977, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife (FDR)/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) planejou organizar uma “noite sobre debates políticos” com a participação dos senadores Marcos Freire, Teotônio Vilela e Paulo Brossard, programada para o dia 15 de setembro. Ao saber do evento pela imprensa local, o diretor da FDR, Prof. Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho tentou convencer os discentes à desistirem do evento. Como isso não aconteceu, resolveu suspender as aulas programadas para noite e liberar professores e outros funcionários, para que ele não ocorresse.

Diante dessa situação, aproximadamente cem estudantes protestaram em torno da universidade. Com a chegada dos senadores supracitados, os manifestantes levantaram faixas, gritaram slogans e seguiram em passeata rumo ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE, quando foi dissolvida e cinco discentes foram detidos por policiais. Posteriormente, eles foram soltos com a ajuda do reitor Paulo Frederico, que intercedeu nessa situação, ao ligar para o secretário de Segurança Pública.

Ao historicizar esse fato com base na análise da Informação nº1917, de 29/09/1977<sup>4</sup>, verificamos como o Movimento Estudantil na capital pernambucana esteve sob a lógica da vigilância e censura universitária e da suspeição, vigilância e repressão dos órgãos de uma rede de informações, entre eles, o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Esse documento com grau de sigilo *Confidencial*<sup>5</sup> foi produzido pelo 4º Exército, encaminhado à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e difundido entre vários órgãos, como o Ministério da Educação (MEC) e o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Verificamos também a complexidade das relações que permeiam o movimento de estudantes, cujas práticas político-culturais estão associadas a situações de resistência, adesão, acomodação e paradoxos. Esses tipos de práticas foram bem comuns nas instituições de ensino superior, conforme constatou Rodrigo Motta, ao analisar o influxo da cultura política da comunidade universitária em relação ao Estado autoritário. Assim, torna-se importante considerar as especificidades de cada momento histórico (MOTTA, 2014). Ressaltamos também que, ao longo da ditadura civil-militar, o Movimento Estudantil serviu como uma espécie de guarda-chuvas dos principais partidos e organizações de esquerda que atuavam na clandestinidade (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 181).

No que se refere à presidência do general João Batista Figueiredo (1979-1985), salientamos que ele deu continuidade ao projeto de distensão de Geisel. Com a abertura política, ele buscou ampliar os diálogos com os segmentos de oposição, para atenuar as tensões sociais e manter a ditadura. Por outro lado, apesar de menos intensiva, a censura, vigilância e repressão ainda continuaram. Com a ação de uma rede de informações, diversos

---

<sup>4</sup> Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 27778-A. Movimentos Estudantis. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação nº1917, de 29/09/1977, folhas de 1 a 6.

<sup>5</sup> “Um documento produzido na esfera pública poderá ser sigiloso sempre que isso for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. [Os documentos] [...] se classificam da seguinte maneira: (a) ultra-secretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral). Somente algumas autoridades podem atribuir tais categorias aos documentos”. FICO, 2001, *Op. Cit.*, p. 25-26.

militantes de esquerda (entre eles, estudantes) foram presos, torturados e mortos e houve ações combativas a jornais da imprensa alternativa e atentados de grande repercussão, como o do Rio-Centro, em 1981 (MATTOS; SWENSSON JUNIOR, 2003, p. 81-85).

Todavia, aos poucos, o estado de exceção foi chegando ao fim. Em 1978, Geisel revogou o coercitivo AI-5 e estabeleceu outras medidas de liberalização política. Em 1979 Figueiredo anulou o Decreto-Lei nº 477/1969<sup>6</sup>, extinguiu o sistema bipartidário através da Lei nº 6.767 e aprovou a Lei da Anistia (Lei nº 6.883), que, apesar das limitações, foi um avanço democrático. Em 1979 também ocorreu o XXXI Congresso da UNE, que ocorreu em Salvador. Esse encontro foi fundamental para a reorganização do principal órgão de representação estudantil, posto na ilegalidade em 1964.

O Encaminhamento nº 281/1979 com grau de sigilo *Confidencial*, foi emitido pelo Serviço de Informações da SSP/BA e difundido para várias SSP's do país, entre elas, a de Pernambuco. Nesse documento foi realizado um detalhado levantamento de informações acerca desse congresso, em que constaram: participantes identificados, atividades desenvolvidas, conflitos internos no meio estudantil, delegações, comissões, manifestações anunciadas pós-congresso, entre outros<sup>7</sup>.

Ressaltamos que o Movimento Estudantil do Recife esteve bastante articulado com diversos segmentos sociais e teve um papel importante durante a transição democrática. O Comitê Brasileiro de Anistia, núcleo de Pernambuco, por exemplo, foi lançado oficialmente do dia 18/04/1979, no DCE da UFPE<sup>8</sup>. Além disso, foram várias as manifestações em prol de uma anistia ampla, geral e irrestrita e da campanha das Diretas Já (1983-1984), que defendia a escolha direta para presidente pela população, o que o propiciou visibilidade na mídia e instigou a ações coercitivas dos agentes do DOPS-PE<sup>9</sup>.

A presença desses agentes foi significativa e ocorreu em diversos espaços estudantis, como foi o caso das universidades. Segundo o Informe *Confidencial* nº 63, de 07/02/1980, do

---

<sup>6</sup> Este decreto “[...] atribuiu às autoridades universitárias e educacionais do MEC o poder de desligar e suspender estudantes por até três anos envolvidos em atividades consideradas subversivas pela ditadura, expulsão e impedimento de matrícula em qualquer escola de nível superior do país durante cinco anos. O decreto previu a demissão de funcionários e professores, impedindo-os de trabalhar em ensino superior por cinco anos” (LIRA, 2010, p. 74).

<sup>7</sup> Encaminhamento nº 281/1979. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 27778B: Movimentos Estudantis. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

<sup>8</sup> Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco 19/04/1979, Capa.

<sup>9</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29747: Trabalho de Agitação (Propaganda). Data: 08/1968 a 09/1980. 76 documentos. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 7085. Fotos Diversas (Marechal, Embaixadas). Data: 1970-1978. 431 documentos. Como em outros prontuários do DOPS-PE, a datação e as temáticas das fontes desse não seguiram exatamente a datação e a nomenclatura registradas.

IV Exército, que foi encaminhado à SSP/PE, “[...] existe universitários que atuam como elementos de segurança, durante as reuniões, assembleias [sic] e encontros estudantis que se realizam no RECIFE, procurando identificar a presença de possíveis agentes dos órgãos de segurança e informações”<sup>10</sup>. Como foi o caso de Fernando dos Reis (“Garcia”), do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e integrante da Diretoria Executiva do DCE Livre dessa instituição<sup>11</sup>. Dessa forma, esse foi um dos instrumentos de resistência contra o aparato vigilante da polícia política.

Ao analisarmos a documentação produzida, coletada e difundida pelo DOPS—PE, destacamos também que as lutas do Movimento Estudantil no Brasil abarcaram outras questões, principalmente no que tange à educação e a sua própria (re)organização: combate à influência estadunidense no MEC, críticas às reformas universitárias, reivindicação do fim do Decreto nº477/1969 e da Lei nº4464/1964 (Lei Suplicy Lacerda)<sup>12</sup>, melhorias nos restaurantes universitários, redução do aumento das mensalidades de instituições privadas, ensino público de qualidade, aumento de vagas nas universidades e mudanças no vestibular, diante do problema dos “excedentes”, pois frequentemente pessoas consideradas aprovadas nos exames vestibulares não conseguiram se matricular por falta de vagas. Sendo bastante marcante também a sua atuação em defesa da aprovação de uma nova Constituição em 1988, visando à garantia e ampliação de direitos dos cidadãos brasileiros<sup>13</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, pudemos verificar na pesquisa em diversos documentos do acervo do DOPS-PE, como: termos de declaração, ofícios, mapas, reportagens de jornais, fotografias, pedidos de busca, relatórios, entre outros, que o Movimento Estudantil e importantes

---

<sup>10</sup> Informe nº 63, de 07/02/1980. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 27778A: Movimentos Estudantis. Data: 29/09/1975 a 03/12/1975. 471 documentos.

<sup>11</sup> Informe nº 63, de 07/02/1980. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 27778A: Movimentos Estudantis. Data: 29/09/1975 a 03/12/1975. 471 documentos.

<sup>12</sup> “A Ley Suplicy colocou as entidades estudantis na ilegalidade e instituiu como única forma de organização admissível o Diretório Acadêmico (DA), e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), eliminando a representação estudantil em nível nacional e a liberdade de expressão dos estudantes”. LIRA, 2010, *Op. Cit.*, p. 309.

<sup>13</sup> MOTTA, 2014, *Op. Cit.* Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 27778-A. Movimentos Estudantis. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

instituições de ensino superior recifenses (UFPE, UFRPE, UNICAP, etc.) estiveram sob a lógica da vigilância e da repressão por uma rede de informações, durante a ditadura.

O DOPS-PE serviu como um relevante sustentáculo para a manutenção do aparato coercitivo do Estado e coletou, produziu e disseminou informações sobre as atividades políticas estudantis para combatê-las a partir do conhecimento que detinham sobre elas.

Esse trabalho centrou-se na análise do acervo documental dessa instituição que foi coletado, produzido e difundido, sobretudo, nos anos 1970 e 1980. Um período repleto de tensões, conflitos, resistências e paradoxos durante governos que propuseram uma distensão e abertura política. Foi nesse cenário complexo que o Movimento Estudantil atuou e exerceu um papel fundamental pelo retorno das liberdades democráticas e por melhorias na educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 161-175.

\_\_\_\_\_. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia. 1964 ...* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), p. 321-353.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

GAMA, Marcília. Os arquivos sobre o golpe de 1964 em Pernambuco: a memória viva da repressão. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.) *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 151-158.

GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193.

KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 153-237. (Partidos e movimentos após os anos 1960; v. 6).

LACERDA, Gislene Edwiges de. *As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974-1984)*. Dissertação (Mestrado em História) - ICH, UFJF, Juiz de Fora, 2010.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Tese (Doutorado em História) – ICHF, UFF, Niterói, 2010.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L de; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos Napolitano. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), p. 265-266.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – CFCH, UFPE, Recife, 2007.

SOARES, Thiago Nunes. *Campanhas políticas e repressão policial: as pichações na cidade do Recife (1979-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, UFPE, Recife, 2012.